

Hierarquia sob a Anarquia: possibilidades estratégicas no Dilema de Segurança para a Semiperiferia

Hierarchy under Anarchy: strategic possibilities in the Security Dilemma for Semi-Periphery

Lucas de Oliveira Paes*
José Miguel Quedi Martins**

Resumo

Este trabalho problematiza o dilema de segurança para a Semiperiferia. A particularidade desse dilema para tais países é expressa por sua limitação na produção de respostas efetivas a ganhos de segurança alheios no nível sistêmico, dada sua restrição estática de recursos. Estuda-se como a especificidade social e funcional da Semiperiferia no sistema pode ser mais bem aproveitada em possibilidades estratégicas para além das previstas no dilema de segurança guiado pela anarquia. Busca-se ampliar a variabilidade comportamental do Realismo Estrutural, incorporando mecanismos interativos hierarquizados capazes mais bem de gerenciar a assimetria de recursos entre as unidades em meio à anarquia.

Palavras-chave: Semiperiferia, Dilema de Segurança, Hierarquia, Anarquia, Teoria de Relações Internacionais.

Abstract

This work addresses the security dilemma for Semi-Periphery. Those states particularity derives their limitation to produce effective responses for increase in the security of others throughout the system, given the structural resource restriction of these countries. Thus, it is studied how the social and functional differentiation of Semi-Periphery can be better profited for them to seek their survival through strategic possibilities beyond the ones predicted by security dilemma. It is aimed to expand the behavioural variability compatible with Structural Realism by incorporating hierarchical interactive mechanisms capable of better manage the resource asymmetry among unities under anarchy.

Keywords: Semi-Periphery. Security Dilemma, Hierarchy, Anarchy, Theory of International Relations.

* É graduado em Relações Internacionais pela UFRGS e mestrando do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da mesma universidade. E-mail: lucas.paes@ufrgs.br.

** É professor adjunto do Departamento de Economia e Relações Internacionais da UFRGS e pesquisador do ISAPE e do NERINT. E-mail: jose.martins@ufrgs.br.

1 Introdução

O presente trabalho busca compreender as possibilidades estratégicas da Semiperiferia na gestão de seu dilema de segurança. O dilema de segurança provê a lógica central de sobrevivência de um estado em meio à anarquia na teorização realista das relações internacionais (LAKE, 2007, SCHWELLER, 1996, 2010). Os trabalhos que capitanearam essa agenda (JERVIS, 1978, 2001, WALTZ, 1979, WALT, 1990, SCHWELLER, 1994, 1996) avançaram em concatenar a estática distributiva com a dinâmica das percepções e das preferências no âmbito da unidade, em termos de um conjunto possível de comportamentos no sistema. Esse trabalho busca rediscutir os limites da variabilidade comportamental estabelecida, estudando a compatibilidade de interações sociais hierarquizadas em meio à inexistência de “governo mundial” (LAKE, 2007). Em específico, busca-se incorporar ao debate realista a especificidade da inserção de países de porte intermediário no Sistema-Mundo, através do conceito de Semiperiferia, e discutir seus desdobramentos sobre o conjunto de estratégias possíveis para lidar com suas restrições estruturais na política internacional.

As palavras de um diplomata alemão no pós Segunda Guerra Mundial, citadas por Hurrell (2000, p. 3): *“somos grandes demais para não compor o equilíbrio de forças, mas pequenos demais para manter as forças em equilíbrio”*¹, ilustram a particularidade desse estrato de atores, cujo grau de integração os põe frente a litígios centrais do sistema, ao passo que suas limitações estruturais de recursos e capacidade estatal restringem suas possibilidades de ação. Dentre as diversas categorias que disputam a conotação desse estrato intermediário do sistema, o conceito de Semiperiferia é o que melhor manifesta a rigidez de sua posição na estrutura distribucional e, sobretudo, o caráter social de sua inserção no sistema. Dentro do arcabouço realista vigente, tal categoria de países estaria limitada às figuras retóricas de Cordeiros passivos ou de Chacais oportunistas do sistema internacional (SCHWELLER, 1994, RODRIGUEZ, 2012), cujos desdobramentos estratégicos são imprecisos e subordinados. Neste trabalho, ao ser incorporada a especificidade social e funcional da Semiperiferia no sistema, busca-se ampliar a variabilidade comportamental possível para tais atores e, por consequência, suas possibilidades estratégicas.

2 Hierarquia na Anarquia: estrutura e processos interativos no sistema internacional

O ecletismo teórico, a combinação entre distintos paradigmas e abordagens para discussão de fenômenos da realidade, vem sendo alvo de intenso debate na disciplina de relações internacionais (DUNNE; HANSEN; WIGHT, 2013). De um lado, autores como Mearsheimer e Walt (2013) argumentam que a produção de conhecimento cumulativo deve estar alicerçada em pressupostos bem delimitados, capazes de refutar ou comprovar mecanismos causais internos às teorias. No extremo oposto, Bennett (2013) advoga o uso

1 Tradução do autor.

pós-paradigmático da teoria, devendo o analista utilizar-se dos distintos nexos causais disponíveis para explicar a realidade. Para Lake (2011), Katzenstein e Sil (2010), os “grandes debates” da disciplina falharam em produzir sínteses cumulativas e a produção teórico-dedutiva deve mover-se de modo transgressor sobre as fronteiras paradigmáticas para eles reificadas. Para esses autores, o hermetismo do debate paradigmático afasta a produção acadêmica da realidade, da solução de problemas reais do mundo.

Reus-Smit (2013) discute o quadro acima em busca de uma solução que permita aliar a produção de conhecimento cumulativo e produtivo. Parafraseando a citação de Kant no autor, seria necessário conciliar aquilo que explica o que *é* com o que explica o *que deve ser* (REUS-SMIT, 2013, p. 602). Dessa forma, o uso eclético da teoria voltado a conciliar capacidade explicativa com normatividade para ação prática pode ser solucionado por uma delimitação metateórica da epistemologia e da ontologia envolta ao problema ou fenômeno estudado. Em outras palavras, é necessário preestabelecer as prevalências e covalências entre pressupostos, conceitos e mecanismos a serem utilizados. A tal esta seção se dedica: busca-se hierarquizar pressupostos, conceitos e mecanismos causais capazes de serem postos em debate para a compreensão de um problema da realidade, nesse caso os seguintes: que estratégias são possíveis para países da Semiperiferia gestarem o dilema de segurança que emerge da anarquia do sistema internacional? Elas se esgotam em balanceamento, obediência (*compliance*), *bandwagoning*?

A resposta a tais problemas do mundo real perpassa uma pergunta teórica fundamental que guia esta seção: é possível a existência de relações hierárquicas em meio à anarquia? Para tanto, se discutirá inicialmente os mecanismos pelos quais o dilema de segurança se impõe aos atores do sistema e as possibilidades previstas para sua gestão, segundo seus principais formuladores no Realismo Estrutural, dentro de um sistema anárquico. Em seguida, se discutirá outras formas de poder e relações sociais presentes na literatura que permitam ponderar os padrões comportamentais previstos pelo dilema de segurança. Por fim, será buscado o diálogo crítico entre as literaturas a fim de estabelecer a prevalência de pressupostos e a covalência conceitual entre elas.

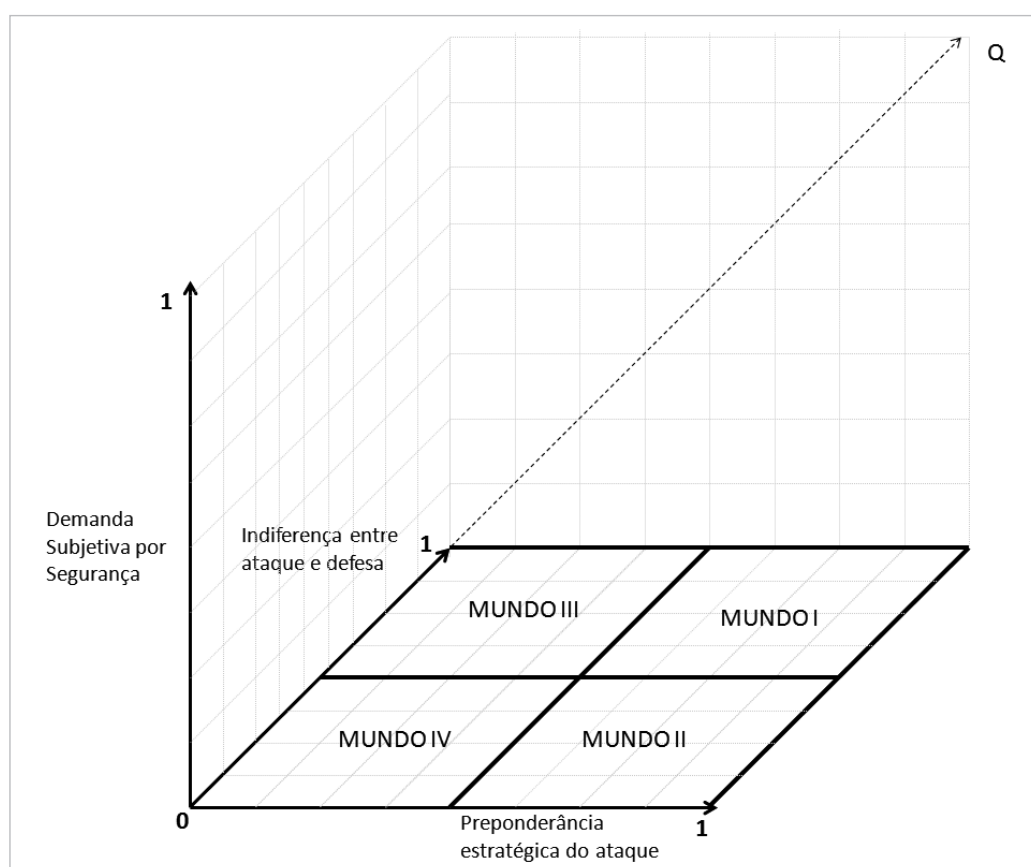
3 O dilema de segurança e comportamentos anárquico-consciente no sistema internacional

A ideia de que a anarquia produz um dilema de segurança, que por sua vez gera balanceamento entre os atores dispostos no sistema, é fundacional no realismo desde Tucídides e, em alguma medida, na própria disciplina de relações internacionais (LOBO-FERENANDES, 2007, WAGNER, 2007). Herz (1950) é um dos primeiros a explicitar o mecanismo do dilema de segurança em meio à anarquia, na forma de uma relação de soma zero entre atores que buscam incrementar suas chances de sobrevivência. Para Herz (1950, p.157), a busca pela segurança individual através da aquisição de meios dissuasórios militares sinalizaria o incremento da insegurança alheia e levaria à emulação escalonada desse movimento, constituinte de uma espiral de insegurança capaz de produzir conflitos inicialmente não almejados. Esse círculo

vicioso seria o mecanismo que tornaria a balança de poder um processo estrutural do sistema, seja ele formado por maximizadores de segurança, seja por maximizadores de poder. Dessa forma, a concepção de dilema de segurança carrega em sua ontologia dois pressupostos essenciais do realismo em seus diferentes matizes: a prevalência da relação entre Estados como objeto de estudo e a inexistência de ordem soberana acima da soberania estatal, ou a prevalência da anarquia.

O desenvolvimento mais conspícuo desse problema se daria nos anos de 1970, a partir dos trabalhos de Jervis (1978). Para o autor, o dilema está posto sempre que o aumento da segurança de um Estado é deletério ao de outro. O grau em que ele é efetivo e produz conflito entre Estados que desejam apenas sua própria sobrevivência seria tão maior quanto menor a capacidade de distinção entre armamentos defensivos e ofensivos, bem como quanto maior for o grau de predominância estratégica do ataque sobre a defesa². As preferências dos atores em jogo, nesse caso sua *demanda subjetiva por segurança*, agravam ou amenizam a propensão do sistema ao conflito, mas não afetam a efetividade do dilema em que estão inseridos (SCHWELLER, 2010, p. 293). A figura 1 demonstra a probabilidade de conflito e cooperação na teoria, ponderando a efetividade do dilema de segurança pela *demanda subjetiva de segurança* dos atores.

Figura 1 – Dilema de Segurança e Conflito em Jervis (1978)

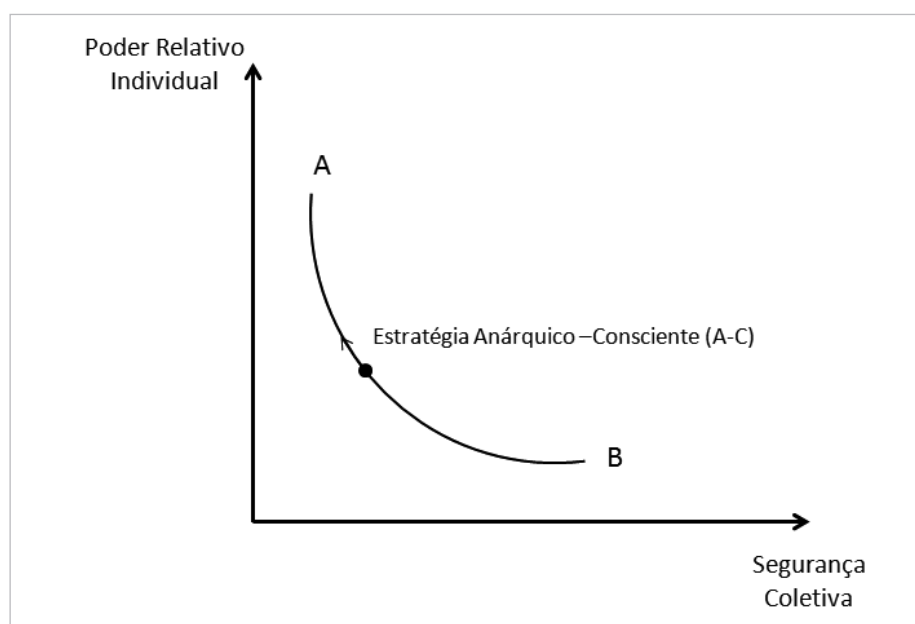


Fonte: Elaboração própria a partir de Jervis (1978).

2 A distância entre um ponto qualquer e a origem no plano de coordenadas horizontal da Figura 1 delimita a efetividade do dilema.

Schweller (1996) contrasta essa lógica indicando que o dilema seria efetivo apenas nos pontos internos ao “Mundo I” de Jervis (1978, p. 211), quadro muito incomum no sistema internacional. Segundo Schweller (1996), o sistema internacional apresentaria a seus atores, na realidade, um “problema” (*issue*) de segurança, como um *Stag Hunt* da teoria dos jogos. A percepção do predomínio de armamentos *duais* ofensivo-defensivos, que reduz significativamente a distinguibilidade entre *build ups* defensivos e ofensivos, assim como de que o sistema internacional está predominantemente formado por zonas contestadas, em que a defesa tem vantagem sobre o ataque (POSEN, 2003, 2014), normaliza os *payoffs* do sistema em um “Mundo II” de Jervis (1978, p. 211). Nesse caso, de um ponto de vista exclusivamente utilitário, nível de conflito seria uma função das preferências unitárias que demarcariam a variação no eixo vertical da figura (SCHWELLER, 1996, 2010). Deriva-se de um ponto qualquer na Figura 1, a curva da Figura 2 que expressa um dilema do tipo *Stag Hunt*³, em que a segurança individual, obtida por incrementos marginais em seu poder relativo, diminui o nível total de segurança do sistema.

Figura 2 – Dilema de Segurança em Stag Hunt



Fonte: Elaboração própria de Waltz (2001, 1979).

Essa é a lógica subjacente aos mecanismos de balanceamento previstos por grande parte das teorias realistas da política internacional (SCHWELLER, 2010, p. 289). É desse ponto lógico que Waltz (2001, 1979) deduz sua análise sistêmica, enfatizando a tradução de aspectos posicionais em padrões comportamentais, através dos processos de socialização e competição que comandam a agência em meio à anarquia. A tradução do dilema de segurança anárquico em processos interativos e suas derivações comportamentais é o que analisaremos na sequência em três concepções cumulativas de balanceamento no Realismo Estrutural: a *balança-de-poder*

3 A concepção do dilema de escolhas para a sobrevivência na anarquia em termos de um jogo de Stag Hunt remonta à natureza de um custo de oportunidade entre o interesse individual de segurança e o nível coletivo de segurança determinado por interesses individuais, já ponderado em Waltz (2001, p. 169-172) e Schweller (1996, p. 119, 2010, p. 292).

em Waltz (1979), as *balanças-de-ameaça* em Walt (1990) e a *balança-de-interesse* em Schweller (1994).

BALANÇA-DE-PODER – Balizadora do debate acadêmico em relações internacionais⁴, a obra *Theory of International Politics* (1979) concebe uma teoria estrutural e sistêmica da política internacional. Sistêmica por ser construída contra o “reducionismo”, no sentido de que as interações não podem ser interpretadas parcialmente, mas, sim, em sua totalidade que afeta de maneira complexa quaisquer relações diádicas. Estrutural por ser este o elemento explicativo da teoria, seus atributos são o que impõe constrangimento à agência seriam: a *anarquia*, enquanto princípio organizacional que não admite poder soberano sobre as partes; a *não diferenciação funcional* das unidades, em interação os Estados buscam apenas sobreviver no exercício de soberania política sobre uma jurisdição; e a *polaridade*, a distribuição de poder em um determinado período do tempo (WALTZ, 1979, p. 71).

Como a frase indica, os dois primeiros elementos representam a estática estrutural e o último sua dinâmica, o que determina imediatamente os processos (comportamentos) e os resultados no sistema (o nível de estabilidade ou conflito). Contudo, os três atributos sistêmicos segundo Waltz conduzem à reprodução de sua estrutura (1979, p. 71), pois limitam a variabilidade comportamental do sistema e estabelecem os termos pelo qual a sobrevivência soberana é possível. Dessa forma, em um dado momento do tempo, o comportamento de um Estado, ciente da homogeneidade funcional e da anarquia no sistema, estaria sob os incentivos e constrangimentos de sua posição relativa de poder coercitivo. Dois processos traduzem a estrutura distribucional em comportamentos para o autor: a socialização e a competição. A socialização em Waltz (1979, p. 74 – 76) é o processo de interação sistêmica em si mesmo, decorre do fato de que as unidades se definem e se comportam em função umas das outras. Da socialização inerente ao sistema, emerge processo de competição, de caráter evolucionário, que seleciona os comportamentos passíveis de promover a sobrevivência dos atores (WALTZ, 1979, p. 76 – 77). Sempre que não houver garantia de tal sobrevivência por forças superiores, esses processos comandarão comportamentos, limitando sua variabilidade.

Para o autor, a gama comportamental do sistema ficaria restrita a dois tipos opostos: balanceamento e o *bandwagoning* (WALTZ, 1979, p. 123 – 128). O primeiro seria a derivação comportamental direta do dilema de segurança, um Estado com mais poder coercitivo representa uma ameaça aos demais e, portanto, há incentivos para que os demais Estados se aliem para contrabalançá-lo (balanceamento externo) ou busquem aumentar suas capacidades (balanceamento interno). Ainda, seria possível aos Estados de menor poder relativo “bandear-se ao lado mais forte” (WALTZ, 1979, p. 127), em uma estratégia chamada de *bandwagoning*. Dessa forma, diante de sua dotação relativa de poder coercitivo, Estados escolheriam entre um ou outro lado da balança-de-poder.

BALANÇA-DE-AMEAÇAS – Em “*The Origin of Alliances*”, Walt (1990) se propõe a avançar no estudo dos processos pelo qual a estrutura posicional determina comportamentos. Concebendo que as ameaças (à sobrevivência de um Estado) são o mecanismo que conduz a dinâmica do realismo defensivo, Walt estuda seus determinantes, adicionando complexidade

4 Até mesmo entre seus críticos, o caráter fundacional e balizador do debate teórico na disciplina é reconhecido (KEOHANE, 1986; WENDT, 1999; WENDT; SNYDAL, 2009; WAGNER, 2007).

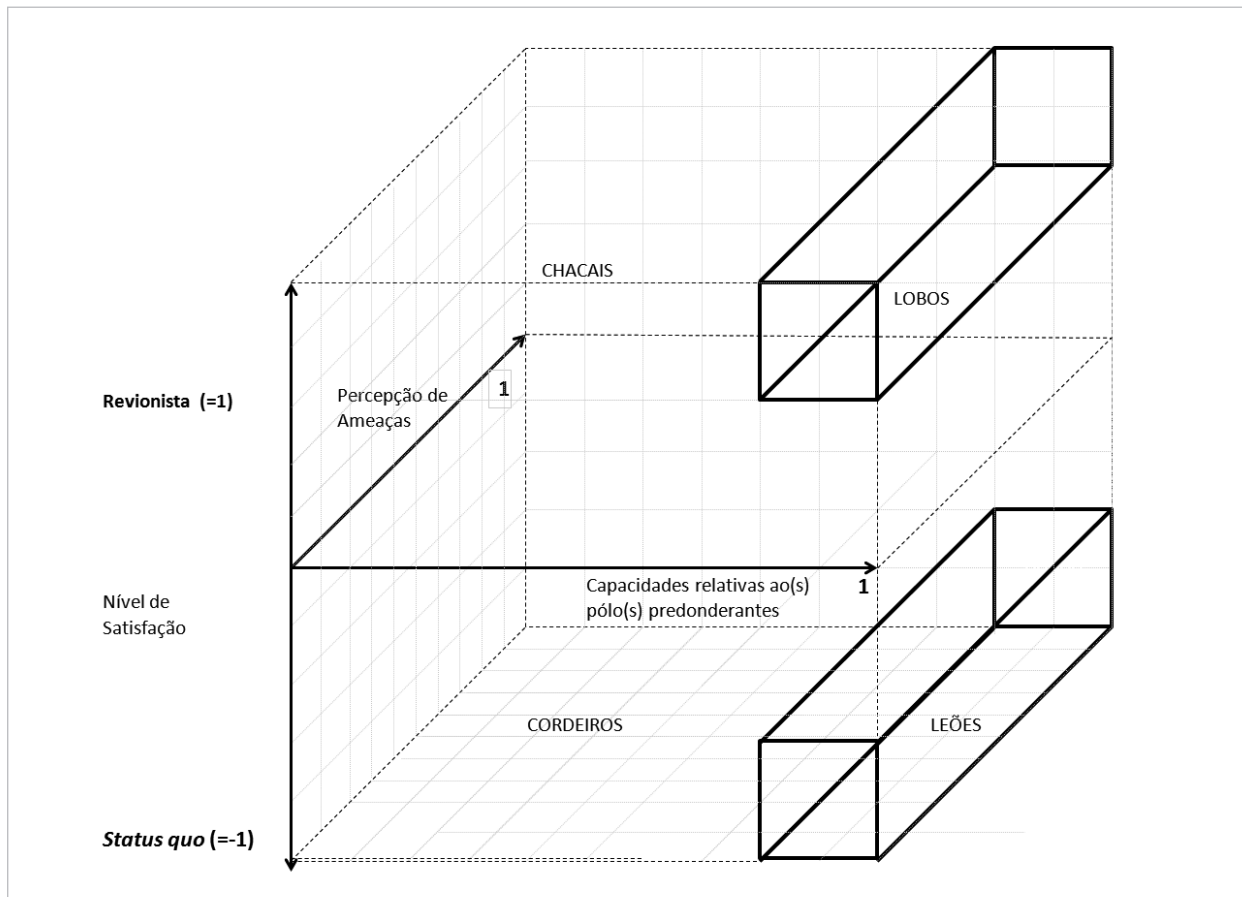
às variáveis interacionais, ou sociais, em análise. Para além da distribuição relativa de poder entre unidades indiferenciadas na anarquia, o autor considera que os Estados levam em conta a proximidade geográfica, a capacidade ofensiva e a agressividade perceptível na hora de identificar uma ameaça e a ela reagir (WALT, 1990 p. 5). Do ponto de vista comportamental, a percepção desequilibrada de ameaça entre Estados gera balanceamento contra aquela mais pungente. Desse modo, o *bandwagoning* para o lado mais forte seria improvável, dado que o gatilho para a reação seria a percepção relativa de ameaças em si. Para este estudo, a contribuição de Walt (1990) é de fundamental importância, pois incorpora à análise um elo social, a percepção entre os atores, a cadeia de transmissão entre estrutura comportamento, sem romper a parcimônia *waltziana*.

BALANÇA-DE-INTERESSES – A partir dos trabalhos anteriores, Schweller (1994) busca retomar a importância das preferências no âmbito da unidade para o estudo da variabilidade comportamental do sistema. Não apenas as percepções dos Estados sobre a estrutura distribucional seriam relevantes, mas também sua composição de preferências. Tais percepções se manifestariam no grau de satisfação dos atores em relação à ordem vigente: em um polo, atores revisionistas que buscam modificar os valores regentes da ordem internacional; no outro, aqueles que querem a manutenção do *status quo* (SCHWELLER, 1994, p. 100). Atores que almejam estender sua influência na ordem vigente, mas que sozinhos não têm condições de arcar com os custos de modificá-la, seriam os Chacais do sistema. Os Cordeiros seriam os atores de dotação de poder semelhante, mas com maior grau de satisfação, que não tomam os riscos de enfrentar a ordem vigente, buscando engajamento subordinado⁵ ou distanciamento dos processos, tal qual Ulisses fizera com o Ciclope (SCHWELLER, 1994, p. 103). O balanceamento seria possível entre aqueles que têm capacidades e intenções para garantir o *status quo* ou revisá-lo, esses seriam respectivamente Leões e Lobos. O viés garantista do *status quo* na teoria realista teria subestimado a possibilidade de uso do *bandwagoning* para aquisição de ganhos distribucionais (SCHWELLER, 1994, p. 99). Preferências no âmbito da unidade se somam às suas percepções e à distribuição de poder da determinação de comportamentos e resultados.

COMPORTAMENTOS ANÁRQUICO-CONSCIENTES – A figura 3 busca congrega as análises anteriores na determinação da variabilidade comportamental que preveem. Conscientes da anarquia e de sua homogeneidade funcional, os Estados pautariam suas ações pela sua posição relativa no sistema, sua percepção de ameaças e sua satisfação em relação ao *status quo*. No plano horizontal da Figura 3, a probabilidade de um comportamento balanceador estaria indicada em função da distância entre um ponto qualquer e a origem, até que se estabelecesse uma situação de paridade plena. No eixo vertical, pondera-se o plano horizontal pela argumentação de Schweller (1994), identificando seus tipos comportamentais. A probabilidade lógica de conflito entre duas unidades pode ser depreendida pela soma dos produtos formados por suas respectivas distâncias das coordenadas no plano: quanto mais próxima de uma mais conflitiva a relação. Em suma, unidades variariam seu comportamento entre si em função de aspectos posicionais do sistema, que seriam ponderados por suas preferências e por um aspecto interacional ainda muito limitado, sua percepção dos outros atores.

⁵ Em alusão ao que Schweller (1994, p. 100) chama de “*wave-of-the-future or domino bandwagoning*”.

Figura 3 – Variabilidade Comportamental Sistêmica no Realismo Estrutural



Fonte: Elaboração própria a partir de revisão bibliográfica.

O processo de interação social possível em um sistema anárquico e homogêneo, para esses autores, seria a competição por dois recursos escassos: segurança e influência. Esse traço social do sistema limita a variabilidade comportamental dos atores em: balanceamento externo e interno, *bandwagoning* oportunista, *bandwagoning* clássico e obediência/distanciamento (ELMAN, 1996). Atores de porte intermediário emergentes, na impossibilidade de revisão sistêmica, poderiam fazer *bandwagoning* clássico ou por interesses, dessa forma, sendo respectivamente Cordeiros ou Chacais (RODRIGUEZ, 2012). A Figura 3 ajuda a ilustrar a diversidade interna a essas categorias perante a limitação de suas possibilidades estratégicas. No entanto, assim como há mais relações ecológicas na anarquia da natureza do que predação e competição, é possível a existência de outras relações sociais e padrões comportamentais na anarquia do sistema internacional. Aos Cordeiros restaria apenas o papel de presa ou há ação estratégica possível em meio à incapacidade de alterar a dotação relativa de capacidades no curto prazo? Aos chacais, sua agência deve ficar subordinada aos espólios alheios ou há espaço para agência autônoma? Que outros comportamentos são possíveis ou não aos Estados de porte intermediário?

É subjacente à resposta dessas perguntas rediscutir as dinâmicas interativas que canalizam o dilema de segurança. Como Schweller (2010, p. 289) aponta, “se a segurança puder ser mutuamente compartilhada e simultaneamente aumentada, não há dilema de segurança

em jogo”. Para Schweller (1996), as causas da guerra nas teorias de balanceamento não estão no dilema de segurança em si, como ilustrado na Figura 2, mas no predomínio da incerteza sobre as intenções alheias que afastam os atores de arranjos cooperativos possíveis. Conscientes da anarquia, Estados buscariam deslocar-se em direção ao ponto A da curva, mas a elevação da insegurança alheia ativaria os mecanismos de balanceamento que retomariam um ponto intermediário de equilíbrio. Dessa forma, é possível argumentar que é a natureza *fraca*⁶ dos laços sociais do sistema, em meio à anarquia, o que produz a guerra, como Herz (1950, p.158) já apontava. A questão teórica decorrente capaz de guiar à resposta às perguntas anteriores, portanto, seria a possibilidade de fortalecimento de tais laços, mesmo em meio à anarquia. Essa pergunta é o que a próxima seção busca responder.

4 Poder além da balança: hierarquia e meios de interação

Parte significativa das críticas ao Realismo Estrutural reside em sua dificuldade de incorporar processos mais complexos do que emulação e competição para dentro de seu arcabouço teórico (KEOHENE, 1986, WENDT, 1999). Diferentemente de muitas dessas críticas, este trabalho busca inserir-se no debate interno à teoria realista, para discutir a ampliação dos processos, comportamentos e resultados sociais que lhe são compatíveis. Um dos principais estudiosos dos conflitos sociais, Charles Tilly (2003, 2005) identifica seu fundamento na natureza dos laços entre indivíduos e grupos, na formação de díades “nós-eles” por meio de categorias sociais. Nos laços mais fracos se estabeleceriam as fronteiras intercategóricas de alteridade, que balizam os conflitos distributivos. Tais reflexões se referem à interação entre grupos sociais subnacionais ou transnacionais, mas poderiam elas ser pensadas no nível internacional, na formação de arranjos cooperativos e do conflito entre Estados. Esta seção discute formas de poder e interação interestatal previstas na literatura que afetam tais laços e em seguida discute suas possibilidades de exercício no sistema internacional.

Em diversos trabalhos, David Lake (1996, 2007, 2009) sustenta que grande parte das interações entre Estados é pautada por uma *autoridade relacional* de superordenação e subordinação. Nessa forma de socialização hierarquizada, atores legitimam a especificidade funcional de outros no sistema e lhes conferem autoridade na determinação de certos temas de sua ação soberana (LAKE, 2007, p. 55). Portanto, a definição dos resultados interacionais não é a simples derivação de uma ameaça de coerção, mas, sim, a percepção, no ator subordinado, de que aquele superordenado é capaz de prover algum tipo de ordem benéfica não possível sem sua atuação (LAKE, 1996). Dessa forma, Estados no sistema não apenas competem e emulam-se, mas identificam funcionalmente uns aos outros como oportunidades para ganhos absolutos de bem-estar e redução de custos relativos com a sobrevivência no sistema. Lavozcka (2013), contudo, pondera que tais formas de interação, mesmo hierarquizadas, não envolvem dominação, de modo que sua existência é baseada na consciência desses laços em termos de custos relativos para gestão da anarquia.

⁶ Em alusão à ideia de laços sociais fracos e fortes em Tilly (2005).

Complexificando o argumento de Lake em termos não diádicos, sua *autoridade relacional* é compatível com a conceituação de *poder produtivo*, *poder institucional* e *poder estrutural* em Barnett e Duvall (2005). Segundo os autores, o primeiro seria a capacidade um ator *influenciar* identidades e preferências de outros atores; o segundo seria sua capacidade de impor preferências sobre aspectos formais que regulam a interação entre atores determinados e o último refere-se à sua capacidade de *afetar*⁷ processos distributivos que constituem a posição alheia no sistema (BARNETT; DUVALL, 2005 p. 51 – 57). Nos três casos, poder não é capacidade apenas de coerção⁸, mas também de produção social dos determinantes de sua capacidade própria de agência. Esses tipos de poder são análogos aos debates que constituem três categorias consagradas sobre formas de exercício de poder nas relações internacionais: *liderança*, *meta-poder* e *hegemonia*⁹.

LIDERANÇA – A noção de liderança na política internacional possui forte ligação com as teorias da ação coletiva (YOUNG, 1991). Nos termos de Bennett e Duvall (2005), podemos considerar a liderança como análoga ao poder produtivo por tratar-se de uma interação fundamentalmente persuasiva e ideacional, que se manifesta em capacidade de influência. Nesse sentido, o líder seria o empreendedor político capaz de concatenar interesses coletivos e manifestá-los em uma agenda inclusiva (SCHIRM, 2010, p. 200). Por mais que seja dependente da contínua capacidade de angariar seguidores, a liderança permite ao líder o poder de agenda da coletividade sob si (DESTRADI, 2010). A título de exemplo, Burges (2013) argumenta que a emergência brasileira nas últimas décadas estaria amparada no papel de “ponte entre o Sul e o Norte” exercido por sua diplomacia, em que um pedágio seria cobrado de ambos os lados. Tal pedágio seria a capacidade de inserir de maneira desproporcional seus interesses nos termos em negociação (BURGES, 2013, p. 578). À medida que esse poder de agenda consegue estabelecer modificações favoráveis nas “regras do jogo” em um regime, o líder passa a ampliar o seu meta-poder sobre ele. Ademais, dado seu caráter constitutivo, se continuada no longo prazo e for transbordada em laços intersocietários, a liderança pode passar a imiscuir os interesses do líder com o dos dominados nos termos de uma hegemonia, especialmente em termos regionais (DESTRADI, 2010).

META-PODER – Krasner (1981) utiliza o termo para definir a capacidade de um ator modificar o ambiente em que as decisões dos outros são tomadas: desde os termos de um regime internacional até, em última análise, toda a complexidade de regimes da ordem internacional. O termo, original da teoria dos jogos, refere-se à capacidade de um jogador modificar os *payoffs* de uma partida para outra (KRASNER, 1981, p. 122). Assim, o conceito é bastante relacionado à noção de hegemonia e liderança na Teoria da Estabilidade Hegemônica (TEH), em Kindleberger (1973), Gilpin (1981) e Ikemerry (2011), bem como em trabalhos anteriores de Krasner (1976)¹⁰. Nesses casos, a forma de poder em questão seria a capacidade do ator que arca com os custos de construção da ordem e de ajustar benefícios e constrangimentos que terminam por condicionar comportamentos alheios em termos desejados (LAKE, 1993).

7 Para os termos da diferenciação entre influência e afecção ver Keohane (1969, p. 295).

8 Terreno do poder *compulsório* para os autores (BARNETT; DUVALL, 2005, p. 49-50).

9 Tipos são categorias de explicação do poder, formas de exercício são padrões de instrumentalização desta tipologia.

10 Para a diferença entre liderança e hegemonia na TEH, ver Lake (1993).

Contudo, a noção de meta-poder se distingue sutilmente por desagregar tal influência na capacidade de afetar regimes e instituições específicos, sendo uma forma de poder passível de disputa na moldagem de regras do sistema (“*rule-shaping*”) e não um monopólio do hegêmona estabilizador na produção das regras (“*rule-making*”) (SIDHU; MATHA; JONES, 2013). Para fins de clareza conceitual, no restante do trabalho, trataremos hegemonia na forma apresentada em sequência em detrimento da apresentada pela TEH.

HEGEMONIA – Em seus Cadernos do Cárcere, Gramsci (2006) desenvolve os mecanismos pelos quais a estrutura se reproduz sublimando seus conflitos inerentes, por meio do que chama de hegemonia. Em termos genéricos, nessa forma de poder, o beneficiário da assimetria socialmente construída subordina os interesses dos dominados aos seus. Assim, antes da disputa entre capacidades coercitivas, laços sociais de dependência direcionam comportamentos subordinados na formação de consensos. Para manter a alegoria racionalista da teoria dos jogos, nesse caso não se alteram apenas os *payoffs*, mas a estrutura de preferências em si. Nas relações internacionais, sua adaptação mais ressonante é a de R. Cox (1983), que estuda no nível sistêmico a interação entre forças materiais e sociais na universalização de valores e percepções que legitimam o *status quo*. Para este trabalho, sua relevância se expressa no reconhecimento de como processos interativos de especialização funcional podem *coadunar* interesses dispersos em torno de um consenso reprodutor e amplificador da assimetria que o funda.

Apesar de sumarizadas de maneira bastante estrita, em comum, as formas de exercício do poder discutidas não negam atuação da estrutura posicional do sistema e a operação da anarquia *waltziana* no condicionamento da agência. Essa literatura discute adicionalmente como distintos laços sociais – diádicos ou complexos – subvertem a homogeneidade funcional do sistema e aumentam a variabilidade comportamental possível em meio à mesma estrutura, seja constituindo preferências alheias por persuasão de liderança ou direção hegemônica, seja influenciando o ambiente normativo que baliza suas interações. Como Wendt e Friedheim (1995, p. 690) apontam, ao negar o impacto das interações sociais sobre as preferências e a identidade dos atores, tanto o neorealismo quanto o neoliberalismo perdem a capacidade de identificar os impactos reais das assimetrias de poder sobre os fenômenos da política internacional. Wendt (1999) busca seu caminho por meio do estudo das ideias como vetor de interação, e neste trabalho busca-se conectar ao próprio Realismo Estrutural um maior reconhecimento do efeito de processos interacionais sobre o comportamento de unidades formalmente homogêneas, mas funcionalmente heterogêneas¹¹.

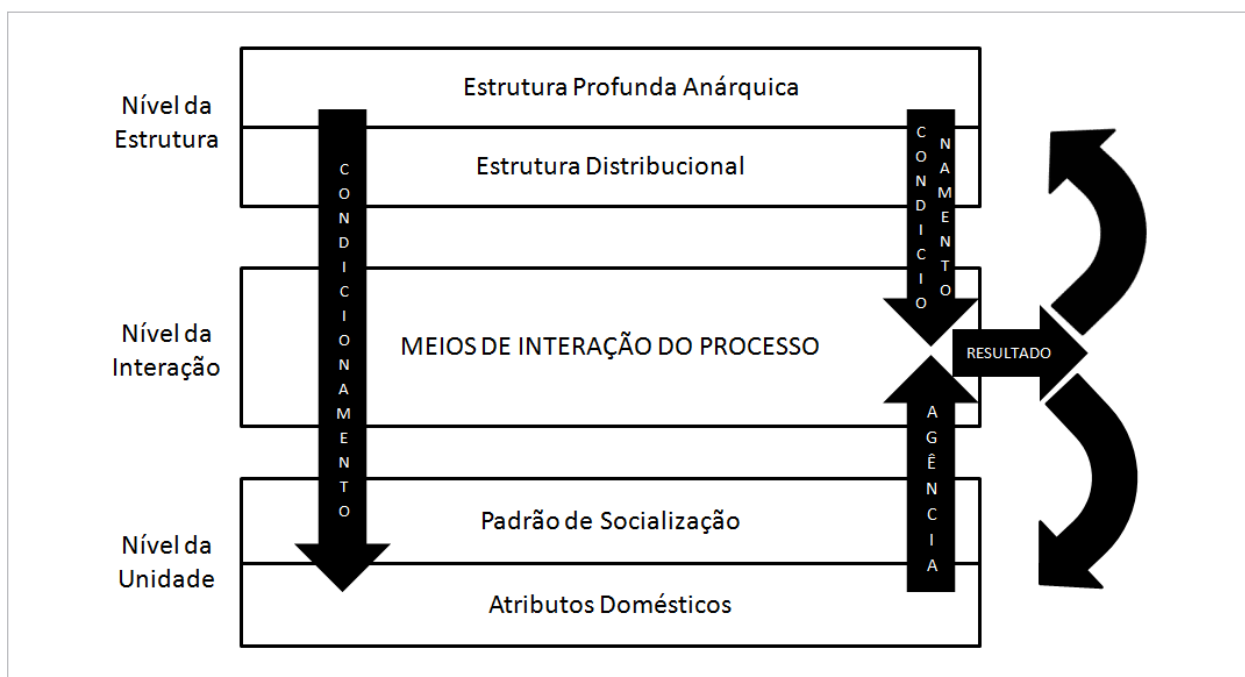
4.1 Quadro analítico: a lógica da hierarquia na anarquia

Autores como Ruggie (1983), Buzan, Jones e Little (1993) dedicaram-se a revisar o Realismo Estrutural de maneira convergente ao aqui problematizado, no estudo dos mecanismos pelos quais sua “estrutura profunda” anárquica manifesta-se em processos no

¹¹ A título de ilustração, no quadro já consagrado de Wendt e Friedheim, (1995, p. 694) se buscaria deslocar a teoria ao centro do gráfico, para uma sociologia mais ciente dos aspectos constitutivos intersubjetivos operantes na interação, mas reconhecadora do caráter condicionante da estrutura.

sistema. Para Ruggie (1983), variações na homogeneidade funcional do sistema seriam o elemento dinâmico social que conduziria sua transformação. Buzan, Little e Jones (1993, p. 41) sugerem que essas transformações se manifestariam em um *terceiro nível* de análise do sistema internacional através do que chamam de *capacidade de interação*. Tal capacidade seria função dos *meios societários e tecnológicos* que contingenciam o condicionamento da estrutura sob a *interação* em um dado período do tempo. Se desagregados espacialmente pelas distintas variações desses elementos ao longo do sistema, esse nível analítico permite compreender a especificidade sócio-histórica do condicionamento da estrutura sobre agência e, por consequência, as estratégias que lhe são possíveis.

Figura 4 – Quadro Analítico



Fonte: Elaboração própria a partir de Buzan, Little e Jones (1994, p. 45).

Considerada a inexistência de governo mundial e os atributos unitários como dados, o quadro acima ilustra os *meios de interação* como *loci* do condicionamento da agência pela estrutura nos termos da lógica anárquica de Buzan, Jones e Little (1994, p. 45). O *padrão de socialização*¹², os atributos da unidade dados em função das outras unidades, seria o que delimita o modo de sua inserção no nível interacional. Nesse nível, os processos em si são determinados sob o constrangimento da estrutura posicional e a interveniência de elementos sociais e tecnológicos delimitados pelo meio em que a interação ocorre. Na sequência do trabalho, busca-se perceber como um padrão de socialização específico, o da Semiperiferia, determina um conjunto de incentivos e constrangimentos próprios. Essa especificidade gera uma inserção também própria em meios de interação do sistema. Tais espaços delimitam os

12 Os autores (BUZAN; JONES; LITTLE, 1993, p. 45) delimitam esse subnível como *process formations*, enquanto “os padrões recorrentes de ação e reação entre as unidades”, referindo-se expressamente a especificidades nos processos de socialização e competição descritos em Waltz (1979, p. 74 - 77).

temos pelos quais os laços sociais discutidos nesta seção podem ser instrumentalizados, na forma de estratégias hierárquico-conscientes, para a gestão de seu dilema de segurança da Semiperiferia.

5 Meios de interação e estratégias hierárquico-conscientes no dilema de segurança da Semiperiferia

O conceito de Semiperiferia tem sua gênese na reinterpretação da estratificação dualista oriunda da CEPAL, de centro e periferia, por Braudel (1985) e Wallerstein (1974, 1979). Para esses autores, dentre seus pontos de concordância, está a manifestação do sistema capitalista em uma mesma “textura” no microcosmo de dominação social e no macrocosmo das relações entre Estados, espaços e populações (BRAUDEL, 1985, p. 67-69). O sistema internacional seria parte de um Sistema-Mundo, estratificado funcional e geograficamente, em última análise, pela concentração de capital. Como no microcosmo, haveria um limbo teórico de indeterminação imediata: uma classe intermédia de Estados ou a Semiperiferia. Tal posição seria delimitada por um padrão específico de inserção no Sistema.

Tanto para Braudel (1985, p. 69 e 76-77) quanto para Wallerstein (1974 p. 59-65) esse espectro intermediário de Estados é o que combina atividades econômicas de núcleo orgânico, ou centro, e de periferia. Porém, foi Arrighi (1998) quem pôs a termo a particularidade da Semiperiferia. Para ele (1998, p. 137-253), esse conjunto de Estados estaria preso à ilusão de seu desenvolvimento, na medida em que a constituição de vantagens de receita ao capital, frente à periferia, acaba por reduzir suas vantagens de custos, frente ao centro. Por outro lado, ainda que determine a rigidez de sua posição, a função sistêmica altamente integrada destes países lhes garante níveis intermediários de renda e capacidade estatal, por vezes, dispostos de maneira vantajosa em relação ao seu entorno estratégico regional (WALLERSTEIN, 1979, p. 21-23). Em outras palavras, podemos compreender a Semiperiferia como uma classe de atores altamente integrados ao sistema, mas cuja interação está sujeita a uma restrição estrutural de recursos.

A elevada integração sistêmica somada à limitação desses países em projetar poder globalmente no sistema determina um *padrão de socialização* em que a agência anárquico-consciente sozinha é altamente ineficiente. Como ponderado em Pape (2005), sempre que a concentração de poder no sistema for suficiente para inibir a efetividade de qualquer coalizão contrabalançante, os custos de balanceamento externo ou interno tornam-se incompensáveis¹³. Essa análise é por definição válida para a Semiperiferia. Sua especificidade pode ser compreendida como uma tendência baixista à demanda subjetiva por segurança dessas unidades na Figura 1 e uma rigidez em sua movimentação em direção ao ponto A na Figura 2. Dessa forma, sua alta integração social e capacidade limitada de ação coercitiva podem catalisar a efetividade de sua agência por meios de interação em que possuem maior capacidade de influência sobre processos e, por consequência, resultados. Nesta seção, serão estudadas

13 Brooks e Wolhforth (2008) e Wolhforth *et al* (2011) capitaneiam a discussão sobre a concentração de capacidade coercitiva pelos Estados Unidos no sistema internacional

as possibilidades de agência da Semiperiferia em dois meios de interação que permitem a instrumentalização de estratégias hierárquico-conscientes, em que a limitação posicional e social da Semiperiferia converte-se em oportunidade para ganhos políticos no sistema. Por fim, veremos como essas estratégias qualificam e habilitam a gestão de seu dilema de segurança.

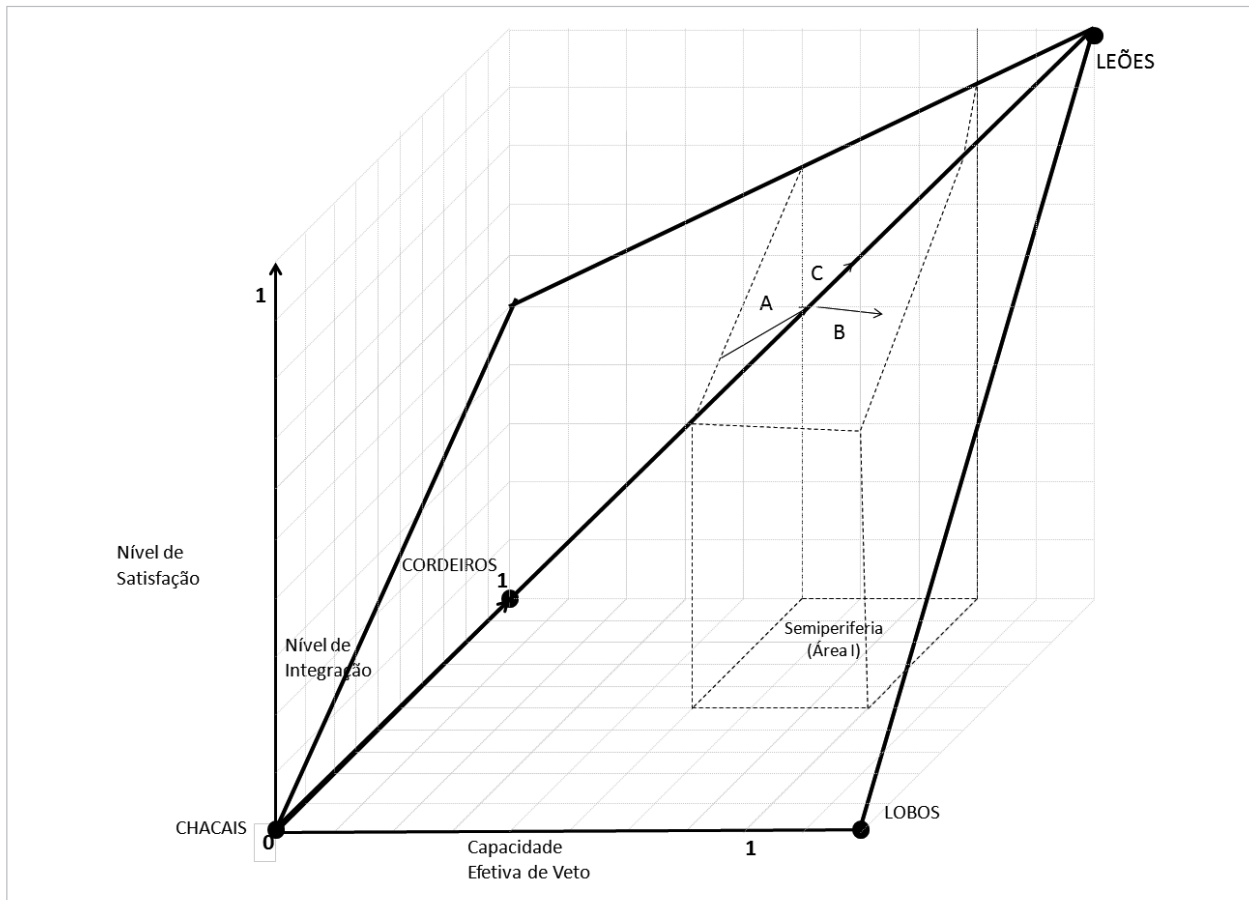
5.1 Da liderança ao meta-poder: estratégias hierárquico-conscientes em instituições internacionais

O impacto das instituições internacionais sobre preferências dos Estados foi o cerne de um vasto debate nas Relações Internacionais nas últimas décadas (KEOHENAE; NYE, 1987, MEARSHEIMER, 1994, BALDWIN *et al*, 1993, GRIECO, 1995, WEAVER, 1996). Neste texto, instituições internacionais em sentido ampliado, tanto organizações específicas quanto regimes e suas complexidades, são percebidas como meios de interação que contingenciam a atuação da distribuição de poder sobre a interação entre atores, mas que são endógenos a ela (KEOHANE, MARTIN, 2003, p. 80). Sua particularidade na capacidade de interação é societária e tecnológica, nos termos de Buzan, Little e Jones (1993), pois confere ao litígio político uma roupagem social de bem coletivo e uma forma negociada e racionalizada em arenas cujas regras estão pré-delimitadas (SIMMONS; MARTIN, 2011).

Dentro desses jogos, o comportamento unitário é função de elementos derivados da particularidade de sua socialização: sua integração e sua satisfação com o regime em questão. A primeira constrange rupturas unilaterais e amplia a capacidade de *enforcement* do regime, a segunda atua na ampliação de tal integração. Afora esse meio delimitado, a estrutura distribucional do sistema segue condicionando a capacidade de cada Estado influenciar a temática real regulada por uma instituição. Tal capacidade bruta de veto à efetividade da instituição não deixa de atuar sobre os comportamentos desse meio de interação.

Esse meio de interação é recorrentemente descrito como o espaço de disputa política das chamadas potências emergentes (GOLUB, 2013, MITTELMAN, 2013, FLEMES, 2013). Mais do que atores com crescimento de capacidades econômicas ou militares, potências emergentes são percebidas como atores ativos na busca por espaço na governança global (HURRELL, 2006, NARLIKAR, 2013). Potências emergentes se diferenciam por sua posição intermediária de recursos, na busca por influência redistributiva na ordem internacional (NEL, 2010, SIDHU; METHA; JONES, 2013). A ambição destes atores em incorporar suas preferências nos regimes e instituições internacionais é usualmente interpretada quanto ao grau de mudança almejada: do reformismo ao revisionismo. Estados que buscam espaço deliberativo dentro de um arcabouço institucional dado seriam tidos como reformistas, enquanto aqueles que buscam arranjos institucionais externos e concorrentes ao *status quo* seriam revisionistas (NARLIKAR, 2013, KAHLER, 2013). Contudo, não são apenas intenções que distinguem tais comportamentos. A capacidade de um Estado em afetar a realidade e revisar a ordem vigente sobre uma temática, ou ter poder de barganha para reformá-la, depende de sua capacidade de vetar a efetividade da ordem corrente. Narlikar (2007, p. 985 - 987) chama a isso *de facto veto-player* sobre instituições internacionais.

Figura 5 – Contingenciamento Comportamental em Instituições Internacionais



Fonte: Elaboração própria a partir de revisão bibliográfica.

A Figura 5, acima, organiza as variáveis discutidas na delimitação de padrões comportamentais nesse meio de interação. No plano cartesiano, o desejo de manutenção do *status quo* seria ilustrado pelo volume descrito pelas coordenadas “x, y e z” de um país. Para um mesmo nível de integração à ordem, incrementos na capacidade de veto efetiva diminuem a necessidade de preservá-la. Para uma mesma capacidade de veto, maiores níveis de integração aumentam os custos do revisionismo. Em níveis elevados tanto de integração quanto de poder autônomo, o desejo de conservação dessa situação seria maior. Dessa forma, a inserção e a variabilidade comportamental da Semiperiferia estaria ilustrada na Área I, demarcada por um nível elevado de integração e intermediário de capacidades. Nem Cordeiros condescendentes, nem Chacais oportunistas, nesse meio de interação a Semiperiferia é uma espécie não prevista pela literatura.

Esse quadro permite considerar a instrumentalização das formas de poder descritas na seção anterior para o deslocamento no plano em busca de ampliação da capacidade de veto efetivo de um Estado da Semiperiferia. Como consagrado em Keohane (1969) e Lima (2013), instituições internacionais são espaços da ação coletiva. Seu caráter negociado, formalizado e racionalizado permite que atores com limitação de poder ganhem influência, concatenando interesses dispersos em uma barganha coletiva (HURRELL, 2000, p. 3-5). Esse exercício de concatenação e persuasão constitui uma estratégia de liderança que permite ao seu agente

obter ganhos desproporcionais na normalização de um determinado litígio (BURGES, 2013). Como ilustrado no vetor A da Figura 5, esses ganhos podem ser expandidos sem custos adicionais de integração à ordem até o ponto em que o comportamento de “carona” (*free-rider*) comece a ser cobrado (KRASNER, 1983, 1983).

É nesse ponto que o dilema entre reforma e revisão é premente na produção de ganhos adicionais de capacidade de veto. A estratégia revisionista (tanto mais próxima do vetor B) exigiria ganhos contínuos de capacidade autônoma para revisar o *status quo* e lhe instituir uma alternativa capaz de determinar as regras do jogo (“*rule making*”). Uma estratégia reformista (tanto mais próxima do vetor C), ainda que aumente os custos de integração, permite transformar sua liderança em meta-poder do tipo “*rule shaping*”, pelo exercício de influência efetiva sobre moldagens incrementais às regras do jogo dentro do arcabouço institucional vigente. Na primeira, o ator direciona sua estratégia a uma moldagem anárquico-consciente, dado o entendimento de que a socialização competitiva o conduziria ao balanceamento. A estratégia reformista, por sua vez, utiliza-se da autoridade diádica ou difusa desenvolvida nesse meio para converter sua liderança em um meta-poder habilitador de novos ganhos de capacidade de veto. Ao mesmo tempo, a característica formalizada e racionalizada do meio institucional permite que a agência por meio dele qualifique o gerenciamento de litígios proveniente da competição distributiva do sistema, abrandando ameaças de outra forma efetivas (LAKE, 2001, PAPE, 2005, PAUL, 2005, FLEMES 2013).

5.2 Liderança à hegemonia: estratégias regionais hierárquico-conscientes

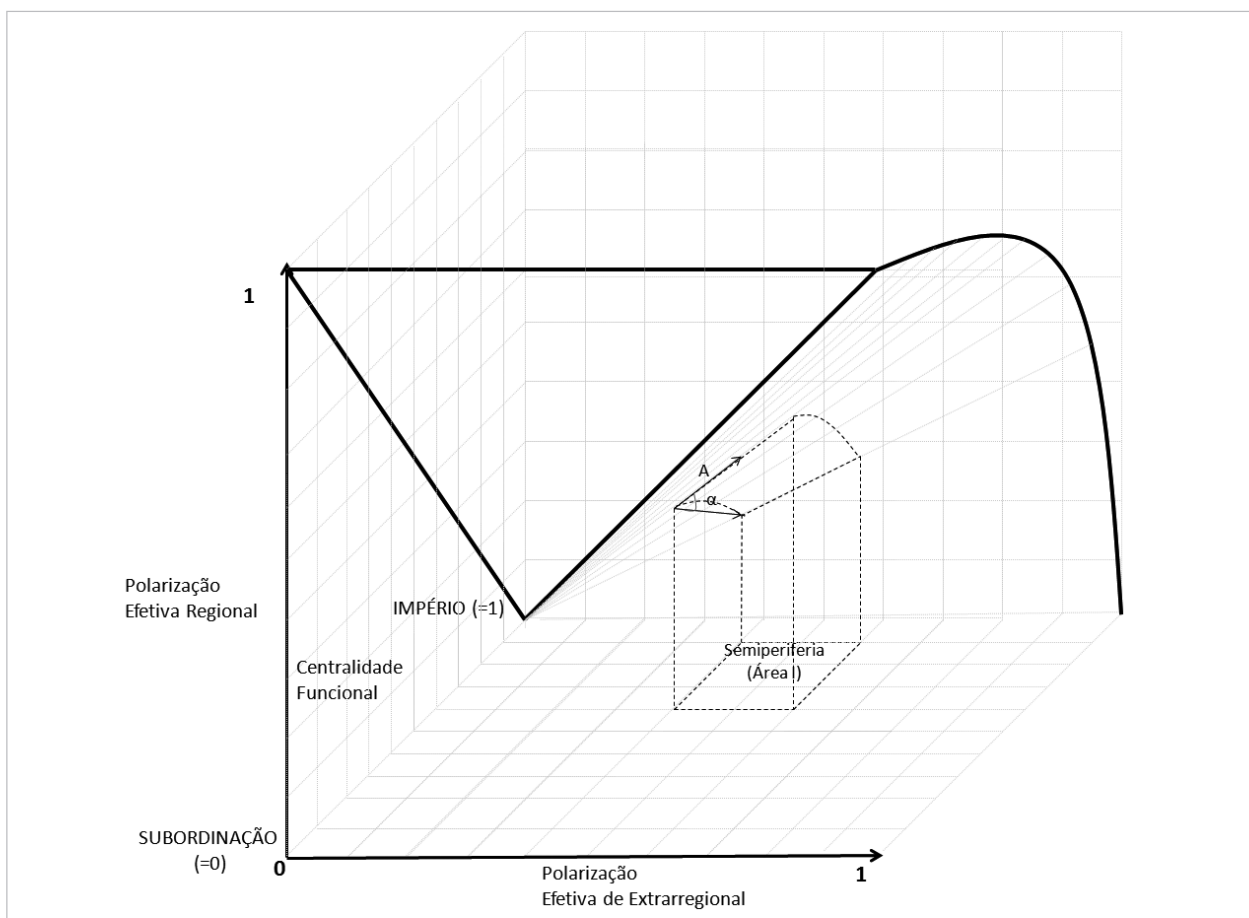
Enquanto as instituições internacionais multilaterais contingenciam ameaças sistêmicas e gerenciam o embate global, parte significativa do dilema de segurança de Estados da Semiperiferia se desenvolve em seu entorno regional. A noção de que proximidade geográfica é uma variável determinante de ameaças remonta a Walt (1990) e ganha sofisticação própria em Lake e Morgan (1997) e Buzan e Weaver (2003). Para Lake (2009, p. 40) essa proximidade torna as relações intrarregionais mais suscetíveis a dinâmicas hierárquicas. Aqui, discute-se como a literatura percebe formas de poder que instrumentalizam o fortalecimento de laços sociais nesse espaço em estratégias hierárquico-conscientes de gerenciamento do dilema de segurança de países da Semiperiferia. O caráter de potência regional da Semiperiferia advém de sua inserção sistêmica como ponte entre as atividades periféricas e centrais (BRAUDEL, 1985, WALLERSTEIN, 1974, GALTUNG, 1979). A conflitividade dessa posição é alvo de estudo das teses do subimperialismo (GALTUNG, 1979, LUCE, 2011). Contudo, o gerenciamento de assimetrias e a produção de arranjos cooperativos regionais possui um debate que transborda essa literatura.

O meio regional é percebido como um espaço em que dinâmicas intersocietárias próprias de uma região particularizam a relação interestatal, rompendo com a atomização das unidades. Uma região possui características sócio-históricas próprias que afetam os resultados políticos, econômicos e securitários de maneira indissociável (FAWCETT; HURRELL, 1995, HURRELL, 2007). Na teoria dos Complexos Regionais de Segurança (CRS) (BUZAN; WEAVER, 2003, p. 53), a dinâmica interna à região é determinada pela polaridade e pelos padrões de amizade e inimizade nela existentes. A polaridade regional, pois, seria efetivada pela construção social

própria da região. Contudo, Frazier e Ingersoll (2010) apontam como os CRS não explicitam o nexos entre o padrão comportamental específico das potências regionais, seus papéis e interesses, e o condicionamento de dinâmica regional. Essa especialização funcional catalisada pelas potências regionais é o alvo do trabalho de Lake (2009).

Para Lake (2009, p. 41- 44), quanto maiores os custos arcados por uma potência regional na provisão de externalidades positivas, maior será a legitimidade de sua assimetria de poder. No que poderia se chamar de uma versão racionalista da hegemonia cooperativa de Pedersen (2002), o nível de hierarquia interna a uma região afetaria e seria afetado pela distribuição de poder e pelo padrão de amizade e inimizade regional. Contudo, como ponderado em diversos autores, compreender a autonomia no contingenciamento da interação entre Estados não é o mesmo que negar o constrangimento do nível global (KELLY, 2007, BUZAN; WEAVER, 2003, FRAZIER; INGERSOLL, 2010, MEARSHEIMER, 2001). O conceito de *penetração* tem sido ressonante para identificar a influência de potências globais sobre os padrões de amizade e inimizade subsistêmicos (KELLY, 2007). Lake e Morgan (1997) ponderam que tal influência é função da percepção de ameaça que o seu polo preponderante projeta sobre a dinâmica sistêmica. Dessa forma, tanto a dotação relativa de poder dos polos regionais em relação aos sistêmicos e quanto seu padrão de amizade e inimizades podem ser sumarizados como as variáveis externas de polarização que regulam o funcionamento do meio de interação regional.

Figura 6 – Contingenciamento Comportamental em Hierarquias Regionais



Fonte: Elaboração própria a partir de revisão bibliográfica.

A Figura 6 ilustra a interação entre as variáveis discutidas no contingenciamento do comportamento das unidades em meios de interação regionais. O papel da unidade na hierarquia regional, da extrema centralidade à total subordinação nos termos de Lake (2007, 2009), age no sentido inverso ao da polarização efetiva da região, enquanto o número de ameaças plausíveis a um ator em seu entorno dado pela polaridade e padrões de amizade e inimizade. Para um nível ideal extremo de centralidade na região, a legitimidade da provisão absoluta de bens públicos e a distribuição de poder a ela necessária minimizariam o número de ameaças existentes a esse ator regionalmente. Também em termos ideais, para um ator absolutamente subordinado ao seu entorno, o oposto é verdadeiro. O terceiro eixo da Figura 5 incorpora a polarização efetiva extrarregional como elemento de constrangimento nesse meio de interação. Quanto maior a percepção de ameaça entre o polo regional e o sistêmico, maior a penetração sobre a efetividade das ameaças no nível regional.

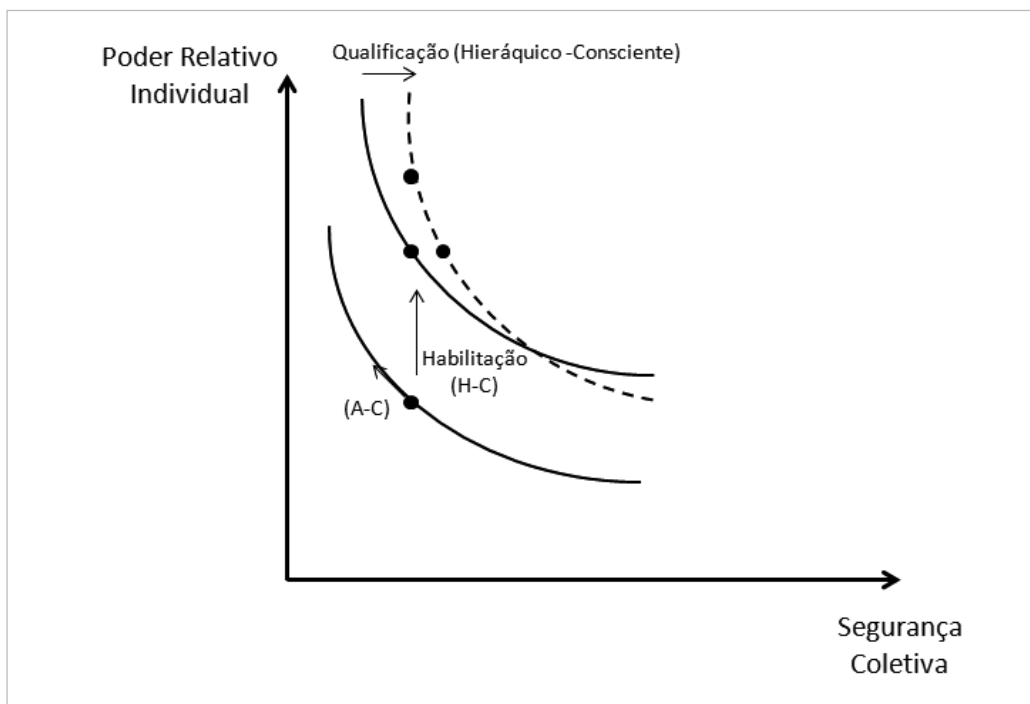
Como discutido, a Semiperiferia teria sua inserção marcada por uma elevada centralidade funcional na hierarquia regional e um nível médio de polarização com os polos preponderantes do sistema, dada sua dotação relativa de capacidades e elevada integração, de modo que sua polarização efetiva intrarregional dependeria da especificidade de sua região. Dessa forma, a partir de qualquer ponto demarcado na Área I da Figura 6, balanceamento externo ou interno elevariam a polarização efetiva regional e extrarregional, como ilustrado no vetor A. Contudo, uma estratégia de liderança calcada na incorporação de interesses comuns aos parceiros regionais desloca o ângulo “ α ” desse vetor, diminuindo seu impacto no número efetivo de ameaças regionais. Como discutido anteriormente, o processo de concatenação de interesses em torno de bens comuns e no fortalecimento dos laços intersocietários permite a um ator dominante ampliar e reproduzir sua assimetria de poder, concomitantemente a ganhos de legitimidade (PEDERSEN, 2002, BURGESS, 2008, NOLTE, 2010, DESTRADEI, 2010). Portanto, a consciência da hierarquia permitiria à Semiperiferia gerenciar o aspecto regional de seu dilema de segurança, através de uma estratégia de liderança que qualifique sua assimetria de poder como cooperativa, bem como habilitaria a extração de ganhos posicionais se convertida uma situação hegemônica.

5.3 Opções estratégicas

Em conjunto, os meios de interação oferecem estratégias hierárquico-conscientes que qualificam e habilitam aquelas limitadas por uma percepção implacável da anarquia reinante no sistema. No meio regional, uma estratégia de liderança qualifica ganhos absolutos e relativos de poder, pelo fortalecimento da legitimidade de tal assimetria. A constituição de uma situação hegemônica nesse meio, por sua vez, habilita novos ganhos de poder pela capacidade de exaustão de recursos desde tal função. No meio institucional, o abrandamento de ameaças em termos de *softbalancing* permite qualificar o balanceamento externo tradicional, ao diminuir seu potencial escalonamento armado. Ao mesmo tempo, uma liderança bem sucedida em meta-poder permite influenciar variações incrementais nas “regras-do-jogo” do sistema, de modo a habilitar ganhos posicionais futuros com menor impacto sobre a percepção de ameaça alheia.

Ambas estratégias ampliam as possibilidades de gestão do dilema de segurança da Semiperiferia representada em linguagem cartesiana na Figura 7. Ao qualificarem no nível global e regional estratégias anárquico-conscientes – minimizando sua conversão em ameaça alheia ao afetar percepções de alteridade – estratégias hierárquico-conscientes permitem que ganhos adicionais de poder possam ter menos efeito sobre o nível coletivo de segurança. Além disso, sua interação pode ser habilitadora de novos ganhos de poder relativo, cujo impacto sobre a percepção de ganhos coletivos de segurança é neutralizado pela especialização funcional assumida¹⁴.

Figura 7 – Estratégias Hierárquico-Conscientes no Dilema de Segurança



Fonte: Elaboração própria a partir de revisão bibliográfica.

6 Considerações finais

A introdução de meios de interação ao estudo do dilema de segurança da Semiperiferia permite concluir a possibilidade de estratégias hierárquico-conscientes em qualificação e habilitação das estratégias anárquico-conscientes em sua gestão. O conceito de meios de interação como espaços de mediação do condicionamento estrutural da agência, na especificidade sócio-histórica de um conjunto de atores, engajou-se em conciliar duas ontologias da interação política internacional, a anárquica e a hierárquica. Buscaram-se as covalências e prevalências de maneira superordenada entre as abordagens, a fim de identificar as relações hierarquizadas possíveis entre atores na anarquia do Realismo Estrutural. Percebeu-se que a

14 Em termos cartesianos, a qualificação das estratégias anárquicas modifica o eixo da curva na Figura 6, sua habilitação é expressa pelo deslocamento de curva de indiferença para cima ou para cima e para a direita.

prevalência anárquica admite a covalência de comportamentos orientados tanto pela anarquia quanto pela hierarquia advinda de autoridade relacional (LAKE, 2007). Este estudo esteve a serviço de uma normatividade específica, a ampliação do leque de estratégias possíveis para atores de poder intermediário administrarem sua rígida assimetria de poder. Dessa forma, nos termos de Reus-Smit (2010), derivou-se de uma ontologia os limites da deontologia no problema em questão: discutiu-se como o que *é* condiciona a construção do que *deve ser*.

Como consequência, a relevância do aqui discutido está sujeita à possibilidade de teste da hipótese de habilitação e qualificação da gestão anárquica do dilema de segurança para a Semiperiferia. Entende-se que esse teste de hipótese deva incluir a mensuração de custos relativos das estratégias conscientes da anarquia e da hierarquia frente aos seus benefícios, tanto em matéria de segurança quanto em termos de externalidades para matérias não securitárias. Testes dessa natureza podem ser excutados em estudos de caso de um mesmo país ao longo do tempo, entre dois países semiperiféricos de uma mesma região ou, ainda, de distintas. Para tanto, é necessário avançar na operacionabilidade das dimensões descritas para complexidades de regimes¹⁵ e regiões específicas da inserção dos casos a serem estudados.

Referências

- ALTER, Karen; MEUNIER, Sophie. 2009. The Politics of International Regime Complexity. *Perspectives on Politics*, Vol. 7, N° 1, p. 13-24.
- ARRIGHI, Giovanni. 1998. *A Ilusão do Desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BALDWIN, David. 1993. *Neorealism and Neoliberalism: The Contemporary Debate*. New York: Columbia University Press.
- BRAUDEL, Fernand. 1985. *A Dinâmica do Capitalismo*. Rio de Janeiro, Rocco.
- BROOKS, Stephen; WOHLFORTH, Willian. 2008. *World Out of Balance: International Relations and the Challenge of American Primacy*. New Jersey: Princeton University Press.
- BENNET, Andrew. 2013. The mother of all isms: Causal mechanisms and structured pluralism in International Relations theory. *European Journal of International Relations*. Vol. 19, N° 3, p. 459-481.
- BARNETT, Michael; DUVALL, Raymond. 2005. Power in International Politics. *International Organization*. Vol. 59, N° 1, p. 39-75.
- BURGES, Sean. 2008. Consensual Hegemony: Theorizing Brazilian Foreign Policy after the Cold War. *International Relations*, Vol. 22, N° .1, p. 64-85.
- BURGES, Sean. (2013). Brazil as a bridge between old and new powers? *International Affairs*, Vol. 89, N° 3, p. 577-594.
- BUZAN, Barry; JONES, Charles; LITTLE, Richard. 1994. *The Logic of Anarchy*. New York: Columbia University Press.

¹⁵ Nos termos de Alter e Meunier (2009).

- BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. 2003. *Regions and Powers: The Structure of International Security*. Cambridge, Cambridge University Press.
- COX, Robert. 1983. Gramsci, Hegemony and International Relations: An Essay in Method. *Millennium – Journal of International Studies*, Vol. 12, p. 162-175.
- DESTRADI, Sandra. 2010. “Regional Powers and their strategies: empire, hegemony and leadership.” *Review of International Studies*, Vol. 36, N° 4, p. 903-930.
- DUNNE, Tim; HANSEN; WIGHT, Colin. 2013. The end of International Relations theory? *European Journal of International Relations*. Vol. 19, N° 3, p. 400-425.
- ELMAN, Colin. 1996. Horses for Courses: Why not Neo-Realist Theories of Foreign Policy. *Security Studies*, Vol. 6, N° 1, p. 7-53.
- FAWCETT, Louise; HURRELL, Andrew. 1995. *Regionalism in World Politics: Regional Organization and International Order*. New York: Oxford Press.
- FLEMES, Daniel. 2013. Network Powers: strategies of change in the multipolar system. *Third World Quarterly*, Vol. 34, N° 6, p. 1016 – 1036.
- FRAZIER, Derrick,; STEWART-INGERSOLL, Robert. 2010. Regional Powers and Security: a framework for understanding order within regional security complexes. *European Journal of International Relations*, Vol. 16, N° 4, p. 731-753.
- GALTUNG, Johan. 1976. Conflict on a Global Scale: Social Imperialism and Sub-Imperialism – Continuities in the Structural Theory of Imperialism. *World Development*, Vol. 4, N° 3, p. 153-165.
- GILPIN, Robert. 1981. *War and Change in World Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- GOLUB, Phillip. 2013. From the New International Economic Order to the G20: how the ‘global South’ is restructuring world capitalism from within. *Third World Quarterly*, Vol. 34, N° 6, p. 1000 – 1015.
- GRAMSCI, Antonio. 2006. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. *Cadernos do Cárcere*: volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- HERZ, John. 1950. Idealist Internationalism and the Security Dilemma. *World Politics*, Vol. 2, N° 2, p. 157-180.
- HURRELL, Andrew. 2007. One World? Many Worlds? The place of regions in the study of international society. *International Affairs*, Vol. 83, N° 1, p. 127-146.
- HURRELL, Andrew. 2006. “Hegemony, liberalism and global order: what space for would-be great powers?.” *International Affairs*, Vol. 82, N° 1, p. 1-19, 2006.
- HURRELL, Andrew. 2013. “Narratives of emergence: Rising powers and the end of the Third World?” *Brazilian Journal of Political Economy*, Vol. 33, N° 2, p. 203-221.
- HURRELL, Andrew. 2000. Some Reflections on the Role of Intermediate Powers in International Institutions. *Latin American Program Working Paper*, Woodrow Wilson Center, N° 244.
- IKENBERRY, G. John. 2011. The Future of Liberal World Order. *Foreign Affairs*, may/june.
- JERVIS, Robert. 1978. Cooperation under the security dilemma. *World Politics*, Vol.30, N° 2, p. 167-214.

- KAHLER, Miles. 2013. Rising Powers and Global Governance: negotiating change in a resilient status quo. *International Affairs*, Vol. 89, N° 3, p. 711-729.
- KATZENSTEIN, Peter; SIL, Rudra. 2008. Eclectic theorizing in the study and practice of International Relations. In: REUS-SMIT, Christian; SNIDAL, Duncan (Eds). *The Oxford Handbook of International Relations*. Oxford: Oxford University Press, p. 109-130.
- KEOHANE, Robert; MARTIN, Lisa. 2003. Institutional Theory as Research Program. In: ELMAN, C; ELMAN, M. (Eds.) *Progress in International Relations Theory: Appraising the Field*. Cambridge: The MIT Press.
- KELLY, Robert. 2007. Security Theory in the 'New Regionalism'. *International Studies Review*, Vol. 9, N° 2, p. 197-229.
- KEOHANE, Robert. 1969. Lilliputian's Dilemmas: Small States in International Politics, *International Organization*, Vol. 23, N° 2, p. 291-310.
- KEOHANE, R. et al. 1986. *Neorealism and its critics*. New York: Columbia University Press.
- KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. 1987. Power and Interdependence Revisited. *International Organization*, Vol. 41, N° 4, p. 725-753.
- KINDLEBERGER, Charles. 1973. *The world in depression, 1929-39*. Berkeley: University of California Press.
- KRASNER, Stephen. 1976. State Power and Structure of International Trade. *World Politics*, Cambridge, Vol. 28, N° 3, p. 322-336.
- KRASNER, Stephen. 1983. Transforming International Regimes: What the Third World Wants and Why. *International Studies Quarterly*, Vol. 25, N° 1, p. 119-48.
- KRASNER, Stephen. 1982. Structural Causes and Regime Consequences: Regimes as Intervening Variables. *International Organization*, Vol. 36, N° 2, p. 185-205.
- LAKE, David 1996. Anarchy, Hierarchy, and the Variety of International Relations. *International Organizations*, Vol. 50, N° 1, p. 1-33.
- LAKE, David. 2001. Beyond Anarchy: The Importance of Security Institutions. *International Security*, Vol. 26, N° 1, p. 129-160.
- LAKE, David. 2007. Escape from the State of Nature. Authority and Hierarchy in World Politics, *International Security*, Vol.32, N°1, p. 47-79.
- LAKE, David. 1993. Leadership, Hegemony, and the International Economy: Naked Emperor or Tattered Monarch with Potential? *International Studies Quarterly*, Vol. 37, N° 4, p. 459-489.
- LAKE, David. 2009. Regional hierarchy: authority and local international order. *Review of International Studies*, Vol. 35, N° 1, p. 35-58.
- LAKE, David. 2011. Why 'isms' are evil: Theory, epistemology, and academic sects as impediments to understanding and progress. *International Studies Quarterly*, Vol. 55, N° 2, p. 465-480.
- LAKE; David; MORGAN, Patrick. 1997. *Regional Orders: Building Security in a New World*. Philadelphia: PennState University Press.
- LAVOZCKA, Alexander. 2013. Beyond consent and coercion: using republican political theory to understand international hierarchies. *International Theory*, Vol. 5, N° 3, p. 385-413.

- LIMA, Maria Regina S. 2013. *The Political Economy of Brazilian Foreign Policy: Nuclear Energy, Trade and Itaipu*. Brasília: Funag.
- LOBO-FERNANDES, Luís. 2007. From Thucydides to Guicciardini, Permanent factors of Realism and the rise of the new Asian powers. *Relações Internacionais*, Vol. 16, p. 05-17.
- LUCE, Matias. 2011. *A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital: a história de uma categoria*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- MARTIN, Lisa; SIMMONS, Beth. 2001. International Organizations and Institutions. In: CARLSNAES, W; KISSE, C; SIMMONS, B. (Eds.) *Handbook of International Relations*. New York: Sage.
- MEARSHEIMER, John. 1994. The False Promise of International Institutions. *International Security*, Vol. 13, N° 3, p. 5-49.
- MEARSHEIMER, John. 2001. *Tragedy of Great Powers Politics*. London and New York: Norton.
- MITTELMAN, James. 2013. Global Bricolage: emerging market powers and polycentric governance. *Third World Quarterly*, Vol. 34, N°1, 2013.
- NARLIKAR, Amrita. 2007. All that Glitter is not Gold: India's rise to power. *Third World Quarterly*, Vol. 25, N°5, 983-996.
- NARLIKAR, Amrita. 2013. Negotiating the rise of new powers. *International Affairs*, Vol. 89, N° 3, p. 561-576.
- NOLTE, Deltlef. 2010. How to compare regional powers: analytical concepts and research topics. *Review of International Studies*, Cambridge, Vol.36, N°4, p.881-901.
- PAPE, Robert. 2005. Soft Balancing against the United States. *International Security*, Vol. 30, N° 1, p. 7-45.
- PAUL, Thaza V. 2005. Soft Balancing in the Age of U.S. Primacy. *International Security*, Vol. 30, N° 1, p. 47-71.7
- PEDERSEN, Thomas. 2002. Cooperative hegemony: power, ideas and institutions in regional integration. Vol. 28, N° 4, p. 677-696.
- POSEN, Barry. 2003. Command of Commons: the military foundation of U.S. hegemony. *International Security*, Vol. 28, N° 1, summer.
- POSEN, Barry. 2014. *Restraint: a New Foundation for U.S. Grande Strategy*. Ithaca: Cornell University Press.
- REUS-SMIT, Christian. 2013. Beyond Metatheory? *European Journal of International Relations*, Vol. 19, N° 3, p. 598-608.
- RODRIGUEZ, Julio Cesar. 2012. Cordeiros ou Chacais? O Brasil frente aos desafios e oportunidades do sistema internacional. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Vol.55, N° 2, p. 70-89.
- RUGGIE, John G. 1983. Contituity and Transformation in World Polity: Toward a New Realist Sinthesis. *World Politics*, Vol. 35, N° 2, p. 261-285.
- SCHWELLER, Randall. 1994. Bandwagoning for Profit: Bringing the Revisionist State Back In. *International Securctity*, Vol. 19, N° 1, p. 72-107.

- SCHWELLER, Randall. 1996. Neorealism's status-quo bias: What security dilemma? *Security Studies*, Vol. 5, N° 3, p. 90-121.
- SCHWELLER, Randall. 2010. The logic and illogic of the security dilemma and contemporary realism: a response to Wagner's critiques. *International Theory*, Vol. 2, N°2, p. 288-305.
- SCHIRM, Stephan. 2010. Leaders in need of followers: emerging powers in global governance. *European Journal of International Relations*, Vol. 16, N° 2, p. 197-221.
- SIDHU, Pal; MATHA, Paratap; JONES, Bruce. 2013. *Shaping the Emerging World*. Washington, Brooking Institute Press.
- TILLY, Charles. 2005. *Indentities, Boundaries and Social Ties*. Boulder and London: Paradigm.
- TILLY, Charles. 2003. *The Politics of Collective Violence*. Cambridge: Cambridge University Press.
- WAEVER, Ole. 1996. The rise and fall of the inter-paradigm debate. In: SMITH, Steve; BOOTH, Ken; ZALEWSKI, Marysia (eds). *International Theory: Positivism and Beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 149-185.
- WAGNER, Robert. 2007. *War and The State: The Theory of International Politics*. Ann Arbor: Michigan University Press.
- WALLERSTEIN, Immanuel. 1974. *The Modern World-System: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*. New York: Academic Press.
- WALLERSTEIN, Immanuel. 1979. *The Capitalist World-Economy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- WALT, Stephen. 1990. *The Origins of Alliances*. Ithaca: Cornell University Press.
- WALT, Stephen; MEARSHEIMER, John. 2013. Leaving theory behind: Why simplistic hypothesis testing is bad for International Relations. *European Journal of International Relations*, Vol. 19, N° 3, p. 427-457.
- WALTZ, Kenneth. 1979. *Theory of International Politics*. Berkeley: Addison-Wesley, 1979.
- WALTZ, Kenneth. 2001. *Men, The State and War: A Theoretical Analysis*. New York: Columbia University Press.
- WENDT, Alexander. 1999. *Social Theory of International Politics*. Cambridge: Cambridge Univeristy Press.
- SNIDAL, Duncan; WENDT, Alexander. 2009. Where is the International Theory now? *International Theory*, Vol. 1, N° 1, p. 1-14.
- WENDT, Alexander; FRIEDHEIM, Daniel. 1995. Hierarchy under Anarchy: Informal Empire and the East German State. *International Organization*, Vol. 49, N° 4, p. 689-721.
- IKENBERRY, G. John; MATSANDUNO, Michael; WOHLFORTH, Willian (Eds). 2011. *International Relations Theory and the Consequences of Unipolarity*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
- YOUNG, Oran. 1991. Political leadership and regime formation: on the development of institutions in international society. *International Organization*, Vol. 45, N° 3, p. 281-308.

Recebido em: 06 janeiro 2015

Aceito em: 13 julho 2015